

LEI Nº 1.557/2003

Autoriza concessão de subvenções, auxílios financeiros e contribuições e dá outras providências

O Povo do Município de Viçosa, por seus representantes legais, aprovou e eu, em seu nome, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Com base nas condições orçamentárias do Município e respectivos créditos adicionais autorizados, fica o Executivo Municipal autorizado a conceder subvenções, auxílios financeiros e contribuições para as seguintes entidades:

ENTIDADES	VALOR (R\$)
Subvenção Social Filantrópica – AMARBEN	2.400,00
Subvenção Social Filantrópica – ACEAK	4.920,00
Subvenção Social Filantrópica – JESUS É O CAMINHO	3.600,00
Subvenção Social Filantrópica – APOV	4.320,00
Subvenção Social Filantrópica – ASS. PROJ. A.M.O.R.	3.600,00
Subvenção Social Filantrópica – CASA BEZERRA DE MENEZES	3.600,00
Subvenção Social Filantrópica – CENTRO CAMILO CHAVES	3.600,00
Subvenção Social Filantrópica – CASA SÃO F. DE ASSIS	2.400,00
Subvenção Social Filantrópica – CRECHE PINGO DE LUZ	2.400,00
Subvenção Social Filantrópica – CONF. IRMÃO BENEFICENTE	2.400,00
Subvenção Social Filantrópica – G. AÇÃO COMUNITÁRIA	2.400,00
Subvenção Social Filantrópica – LAR MENINA FLOR DE ACÁCIA	2.400,00
Subvenção Social Filantrópica – REBUSCA	26.400,00
Subvenção Social Filantrópica – SÃO VICENTE DE PAULO	2.400,00
Subvenção Social Filantrópica – APAE – RP	29.600,00
Subvenção Social Filantrópica – SOS – MPAS	6.130,00
Subvenção Social Filantrópica – SOS – RP	2.450,00
Subvenção Social Filantrópica – LAR DOS VELHINHOS – MPAS	13.000,00
Subvenção Social Filantrópica – LAR DOS VELHINHOS – RP	1.300,00
Subvenção Social Filantrópica – CRECHE S. TEREZINHA – MPAS	5.110,00
Subvenção Social Filantrópica – CRECHE S. TEREZINHA – RP	2.050,00
Subvenção Social Filantrópica – APAE – MPAS	74.000,00
TOTAL	200.480,00

Parágrafo único - O disposto no “caput” aplica-se a toda a administração direta, inclusive fundações públicas.

Art. 2º - Fundamentalmente e nos limites das possibilidades do Município, a concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições visará à prestação

de serviços essenciais de assistência social, médica, hospitalar, educacional, cultural e desportiva.

Art. 3º - Somente às instituições cujas condições de funcionamento forem julgadas satisfatórias, a critério da Administração Municipal, serão concedidos os benefícios desta Lei.

Art. 4º - A concessão de subvenções sociais destinadas às entidades sem fins lucrativos somente poderá ser realizada depois de observadas as seguintes condições:

- I – atender direto ao público, de forma gratuita;
- II – não possuir débito de prestação de contas de recursos recebidos anteriormente;
- III – apresentar declaração de regular funcionamento nos últimos dois anos, emitida no exercício de 2002 por autoridade local;
- IV – comprovar a regularidade do mandato de sua diretoria;
- V – ser declarada por lei como entidade de utilidade pública;
- VI – apresentar o Plano de Aplicação dos Recursos, especificando as metas e os objetivos;
- VII – existirem recursos orçamentário-financeiros;
- VIII – celebrar o respectivo convênio.

Art. 5º - O valor do auxílio, sempre que possível, será calculado com base em unidade de serviços efetivamente prestados ou postos à disposição dos interessados, obedecendo os padrões mínimos de eficiência previamente fixados por autoridade competente.

Art. 6º - É vedada a concessão de ajuda financeira a qualquer título a empresas de fins lucrativos, salvo se tratar de subvenções econômicas, cuja autorização seja expressa em lei especial e atenda às condições estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 7º - A destinação de recursos a título de “contribuições” a qualquer entidade, para despesas correntes e de capital, além de atender ao que determina o artigo 12, § 2º e 6º da Lei nº 4.320/64, somente poderá ser efetivada mediante previsão na lei orçamentária.

Art. 8º - As transferências de recursos do Município, consignadas na lei orçamentária anual, para o Estado, União ou outro Município, a qualquer título, inclusive auxílios financeiros e contribuições, serão realizadas exclusivamente mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, na forma da legislação vigente.

Art. 9º - Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio-funeral, auxílio-moradia, auxílio-transporte, auxílio de assistência médica e hospitalar e auxílio de medicamentos a indigentes e desvalidos até o limite das dotações orçamentárias.

Art. 10 - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo, por intermédio do envio da prestação de contas ao órgão competente, com a finalidade de verificar o cumprimento das metas e dos objetivos constantes no Plano de Aplicação dos Recursos.

Parágrafo único - O prazo para prestação de contas dos recursos recebidos será especificado no respectivo convênio.

Art. 11 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2003.

Art. 12 - Revogam-se as disposições em contrário.

Viçosa, 13 de novembro de 2003.

Fernando Sant'Ana e Castro
Prefeito Municipal

(A presente Lei foi aprovada em reunião da Câmara Municipal, no dia 11.11.2003).